



3270 - Trabalho Completo - 2ª Reunião Científica Regional Norte da ANPEd (2018)
GT 18 - Educação de Pessoas Jovens e Adultos

O PERFIL SOCIAL DOS SUJEITOS DO PROJOVEM URBANO E OS VELHOS/NOVOS DESAFIOS PARA A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS
Adriana Viana Valente Cardoso - UFPA - Universidade Federal do Pará

O presente trabalho é parte de um projeto de pesquisa que tem como objetivo analisar o Projovem urbano como política pública de escolarização e inserção profissional no Município de Cametá a partir da visão dos egressos. Nesse sentido, percebeu-se a necessidade de se verificar a composição social desses sujeitos que, por hora, estavam inseridos no referido programa. Para embasamento desse trabalho, fizemos uma revisão bibliográfica a fim de nos colocarmos diretamente em contato com as produções realizadas que versam sobre o tema. Recorremos as bases legais que norteiam o Projovem Urbano e as fichas de matrícula dos alunos contendo informações sobre endereço, idade, sexo, profissão/ocupação, local de moradia, constituição familiar, condição civil etc. Os documentos foram coletados em sites oficiais e na Escola onde funcionou o Projovem Urbano. Assim, tornou-se possível desenhar o perfil dos jovens do programa frente aos desafios da Educação de Jovens e Adultos. Tal exercício nos possibilitou uma aproximação para que se estabeleçam futuros diálogos em torno da temática em questão.

O PERFIL SOCIAL DOS SUJEITOS DO PROJOVEM URBANO E OS VELHOS/NOVOS DESAFIOS PARA A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

Adriana Viana Valente Cardoso¹

RESUMO

O presente trabalho é parte de um projeto de pesquisa que tem como objetivo analisar o Projovem urbano como política pública de escolarização e inserção profissional no Município de Cametá a partir da visão dos egressos. Nesse sentido, percebeu-se a necessidade de se verificar a composição social desses sujeitos que, por hora, estavam inseridos no referido programa. Para embasamento desse trabalho, fizemos uma revisão bibliográfica a fim de nos colocarmos diretamente em contato com as produções realizadas que versam sobre o tema. Recorremos as bases legais que norteiam o Projovem Urbano e as fichas de matrícula dos alunos contendo informações sobre endereço, idade, sexo, profissão/ocupação, local de moradia, constituição familiar, condição civil etc. Os documentos foram coletados em sites oficiais e na Escola onde funcionou o Projovem Urbano. Assim, tornou-se possível desenhar o perfil dos jovens do programa frente aos desafios da Educação de Jovens e Adultos. Tal exercício nos possibilitou uma aproximação para que se estabeleçam futuros diálogos em torno da temática em questão.

PALAVRAS CHAVE: Projovem Urbano; perfil social; educação de jovens e adultos

ABSTRACT

The present work is part of a research project that aims to analyze the urban Projovem as public policy of schooling and professional insertion in the Municipality of Cametá from the view of the graduates. In this sense, it was noticed the need to verify the social composition of those subjects who, for an hour, were included in said program. To base this work, we did a bibliographical review in order to get directly in touch with the productions carried out that deal with the theme. We have recourse to the legal bases that guide Projovem Urbano and the student registration forms containing information about address, age, sex, occupation / occupation, place of residence, family constitution, civil status etc. The documents were collected on official websites and at the School where Projovem Urbano worked. Thus, it became possible to draw the profile of the youth of the program in face of the challenges of Youth and Adult Education. This exercise enabled us to approach future dialogues around the theme in question.

KEY WORDS: Projovem Urbano; social profile; youth and adult education

INTRODUÇÃO

Ao longo de sua história, a Educação de Jovens e Adultos no Brasil, vem resistindo as manobras impostas pelo Estado no sentido de minimizar o direito a educação a essa parcela da população. Alguns esforços têm sido realizados na perspectiva de tentar amenizar essa dívida histórica para com a sociedade. Nesse sentido, verifica-se o Programa Projovem urbano como política pública, implementada pelo governo Lula, com o objetivo de elevar a escolaridade de jovens com idade entre 18 e 29 anos, que saibam ler e escrever e não tenham concluído o ensino fundamental, visando à conclusão desta etapa por meio da modalidade de Educação de Jovens e Adultos integrada à qualificação profissional e o desenvolvimento de ações comunitárias com exercício da cidadania, na forma de curso, conforme previsto no art. 81 da Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

O objetivo deste artigo é, a partir de dados coletados nas fichas de matrículas dos alunos do Projovem Urbano no município de Cametá no ano de 2012, traçar o perfil social dos jovens do programa e relacionar com os desafios da Educação de Jovens e Adultos – EJA. Elegendo como foco o Projovem urbano como política pública de escolarização básica de jovens e adultos, o artigo propõe inicialmente uma apresentação sobre a estrutura do referido programa, remetendo-o em seguida aos dados sobre os alunos e posteriormente a questão da EJA no Brasil.

Para traçar o perfil social dos jovens do Programa Projovem Urbano no município de Cametá fez-se necessário conhecer a implantação, estrutura e organização do mesmo, afim de identificar suas estratégias, objetivos e metas. Para isso, fez-se uso dos documentos disponíveis sobre sua implantação e implementação, dentre os quais destaca-se a Lei Nº 11,129/2005 que Institui o Programa Nacional de Inclusão de Jovens – Projovem e cria o Conselho Nacional da Juventude – CNJ e a Secretaria Nacional de Juventude; a Lei nº 11.692, de 10 de junho de 2008, que reformulou o Projovem Original; o Decreto 5.557/2005 que regulamenta o Programa; o Projeto Pedagógico Integrado (PPI), que apresenta um mapa de todo o Programa; o parecer nº 18/2008, do Conselho Nacional de Educação da Câmara de Educação Básica (CNE/CEB), autorizando o funcionamento do Projovem Urbano; a resolução CD/FNDE Nº 60 de 09 de novembro de 2011 que estabelece os critérios e as normas de transferência automática de recursos financeiros ao Distrito Federal, aos estados e a municípios com cem mil ou mais habitantes, para o desenvolvimento de ações do Programa

Nacional de Inclusão de Jovens – Projovem Urbano, para entrada de estudantes a partir de 2012. (BRASIL, 2011), além de Notas técnicas e outros documentos legais que dispõem sobre a organização do programa.

SOBRE O PROJOVEM URBANO

O Programa Nacional de Inclusão de Jovens (Projovem), instituído por meio da Lei 11.129/2005 e regulamentado pelo decreto nº 5.557/2005, foi criado com a finalidade de “executar ações integradas que propiciem aos jovens brasileiros a elevação da escolaridade, visando a conclusão do ensino fundamental, a qualificação profissional, em nível de formação inicial e ao desenvolvimento de ações comunitárias com práticas de solidariedade, exercício da cidadania e intervenção na realidade local” (BRASIL, 2005).

O programa foi aprovado pela Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação (Parecer CNE/CEB nº 2/2005, de 16/03/2005 e Resolução CNE/CEB nº 3/2006, de 15/08/2006) como um curso experimental, de acordo com o artigo nº 81 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, com 12 meses de duração.

A meta inicial do programa foi atender a cerca de 200.000 jovens, de 18 a 24 anos de idade, no período de 2005 a 2008, atuando em todas as capitais brasileiras e no Distrito Federal. Em 2006 ampliou-se o atendimento aos municípios das regiões metropolitanas que possuíam 200.000 habitantes ou mais, tendo havido a adesão de 29 cidades.

Em 2007 reuniram-se os representantes da Secretaria Geral da Presidência da República, da Casa Civil e dos ministérios da Educação, do desenvolvimento Social, do Trabalho e Emprego, da Cultura, do Esporte e do Planejamento, onde os resultados desse Grupo de Trabalho indicaram caminhos para a ampliação do programa, assim lançou-se o Projovem Integrado, que articulava duas noções básicas: oportunidade para todos e direitos universais assegurados.

A partir de 2008 com a lei nº 11.692/2008 sua abrangência passou para jovens de 15 a 29 anos, com o objetivo de promover a reintegração ao processo educacional, a qualificação profissional e o desenvolvimento humano, por meio das modalidades: Projovem Adolescente – Serviço Socioeducativo; Projovem Urbano; Projovem Campo – saberes da Terra e Projovem Trabalhador.

O Projovem adolescente, visando a complementar a proteção social básica a família, oferecendo mecanismos para a inserção, reinserção e permanência do jovem no sistema educacional. O Projovem Urbano, com a finalidade de elevar o grau de escolaridade dos jovens, visando ao desenvolvimento humano e ao exercício da cidadania, por meio da conclusão do ensino fundamental, da qualificação profissional e do desenvolvimento de experiências de Participação Cidadã; o Projovem Campo, com o intuito de fortalecer e ampliar o acesso e a permanência dos jovens agricultores familiares no sistema educacional, promovendo a elevação da escolaridade – com a conclusão do ensino fundamental – qualificação e formação profissional, como via para o desenvolvimento humano e o exercício da cidadania. Valendo-se da pedagogia de alternância de ciclos agrícolas, reorganizou-se em Saberes da Terra e o Projovem Trabalhador que unificou os programas Consórcio Social da Juventude, Juventude Cidadã e Escola de Fábrica, com vistas à preparação dos jovens para o mercado de trabalho e para ocupações geradoras de renda, atendendo a jovens da mesma faixa etária do Urbano, em situação de desemprego e membros da família com renda *per capita* de até um salário mínimo (BRASIL, 2008).

Com o *slogan* “conhecimento e oportunidade para todos”, o Projovem teve como princípios fundamentais a inclusão de jovens através da formação e a integração entre formação básica, qualificação profissional e ação comunitária, visando à promoção da equidade. Seus objetivos principais foram: a elevação da escolaridade, possibilitando a conclusão do ensino fundamental; qualificação profissional, com certificação de formação inicial, e planejamento e execução de ações comunitárias de interesse público.

Além disso, conforme o artigo 12 da lei 11.692/2008, o programa destinou-se a jovens que soubesse ler e escrever e que não tivessem concluído o Ensino Fundamental. O curso foi programado para ter duração de dezoito meses consecutivos visando a certificação da oitava série (carga horária de 2.000 horas letivas, sendo 1.440 presenciais e 560 não presenciais), os alunos recebiam uma bolsa mensal de R\$100,00 (cem reais)^[2], deveriam ter atividades voltadas para a ação comunitária e para a iniciação profissional com diversos arcos profissionalizantes, sendo financiado por recursos públicos repassados pela União para capitais e municípios de regiões metropolitanas responsáveis por sua execução.

O Projeto Pedagógico Integrado (PPI), que norteia todas as atividades previstas para o desenvolvimento do programa junto ao jovem foi desenvolvido, nessa nova versão, em seis unidades formativas com duração de três meses cada:

- Unidade Formativa I – Juventude e Cultura
- Unidade Formativa II – Juventude e Cidade
- Unidade Formativa III – Juventude e Trabalho
- Unidade Formativa IV – Juventude e Comunicação
- Unidade Formativa V – Juventude e Tecnologia
- Unidade Formativa VI – Juventude e Cidadania

O currículo foi estruturado buscando enfatizar diretamente as questões ligadas à juventude, partindo-se sempre desse ponto para tratar dos conteúdos mais gerais que envolvem a formação integrada. Assim cada unidade formativa se desenvolveu a partir de um eixo estruturante significativo na vida dos jovens que se expandia para as áreas específicas de conhecimento, a saber: matemática, ciências humanas (geografia e história), ciências naturais (física, biologia e química), inglês, informática, qualificação profissional e ação comunitária. Tanto os educadores como os alunos receberam material didático desenvolvido especificamente pelo programa, e cada núcleo deveria possuir um laboratório de informática, com 10 computadores e impressora, disponibilizados pelo governo federal.

No que se refere à organização espacial, o programa foi desenvolvido em núcleos, em sua maioria localizados em escolas públicas, compostos por até cinco turmas com um número máximo de 40 alunos cada; assim, cada núcleo comportava até 200 alunos.

A equipe docente do Programa era composta por sete educadores por núcleo: cinco responsáveis pelos componentes curriculares referentes ao ensino fundamental (língua portuguesa, matemática, ciências da natureza, ciências humanas e língua estrangeira), um responsável pela qualificação profissional e mais um que se responsabilizava pelas ações de participação cidadã. Cada educador contratado para o Programa atuava em, no máximo, cinco turmas e dois núcleos. No caso dos educadores de qualificação profissional essa divisão poderia exceder o programado, pois, em alguns casos, as oficinas aconteceram de forma a concentrar todos os núcleos em que o arco ocupacional^[3] foi ofertado. Um assistente social era o responsável pelo desenvolvimento da dimensão Participação Cidadã.

O Projovem Urbano dispunha de um Sistema próprio de Monitoramento e Avaliação em parceria com universidades federais. Esse Sistema de Avaliação e Monitoramento - SMA foi responsável pela produção de dados e informações através de pesquisas e ações de monitoramento da implementação, objetivando aperfeiçoamento do funcionamento do programa e a avaliação da efetividade e implementação do curso. A composição desse sistema contou com quatro subsistemas: monitoramento, supervisão, avaliação externa de alunos e avaliação do programa.

No município de Cameté houveram três experiências do referido programa, nos anos de 2012 a 2015. Nesse período o mesmo foi contemplado com as quatro modalidades do programa, entretanto, a pesquisa tem como foco apenas uma das modalidades – o Projovem Urbano – (versão integrada) que na sua primeira edição ofertou 200 vagas, consolidando a primeira edição no município.

Com base em dados coletadas a partir da ficha de matrícula dos alunos, documentos arquivados na escola onde o programa funcionou, dados do Sistema Integrado de Monitoramento Execução e Controle do Ministério da Educação – SIMEC, além de outros documentos referentes ao Programa, tornou-se possível conhecer o perfil do jovem cametaense atendido pelo programa.

OS ESTUDANTES DO PROJOVEM URBANO NO MUNICÍPIO DE CAMETÁ.

Diante do exposto, cabem as seguintes indagações: quem são os jovens participantes do Projovem Urbano? Quais as suas principais características no que diz respeito à faixa etária, cor/raça, núcleo familiar, escolaridade e trabalho? Em nível mais específico, o que mais aproxima o Projovem do campo da EJA?

Os dados selecionados e aqui apresentados foram colhidos entre cerca de 200 jovens matriculados na primeira turma do Projovem Urbano, iniciada no ano de 2012, que responderam ao questionário no momento da realização da matrícula, conforme o arquivo da Escola Municipal de Ensino Fundamental Professora Dinorá Tavares (onde inicialmente funcionou a turma).

Conforme demonstra o Gráfico 1 nota-se que, ao contrário do que vem sendo observado nos resultados dos últimos censos escolares e nos documentos^[4] elaborados pelo programa a nível nacional, onde a grande maioria dos alunos é do sexo feminino, a pesquisa assinala que no município de Cametá os números apontam para um equilíbrio entre o número de homens e de mulheres.

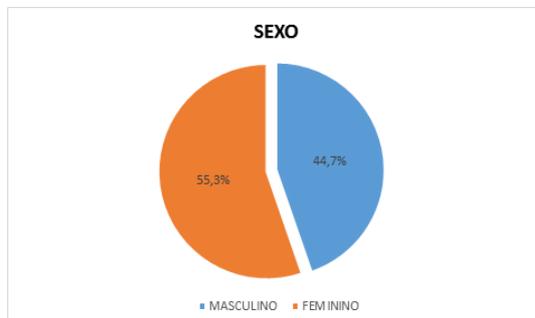


Gráfico 1- sexo (%)

Fonte: Elaboração da autora.

Sobre a questão da cor/raça, percebeu-se uma elevada concentração de respostas nos itens pardo (91,1%), brancos se declaram (7,4 %) e negro apenas (1,6 %), como pode ser observado na representação gráfica 3.

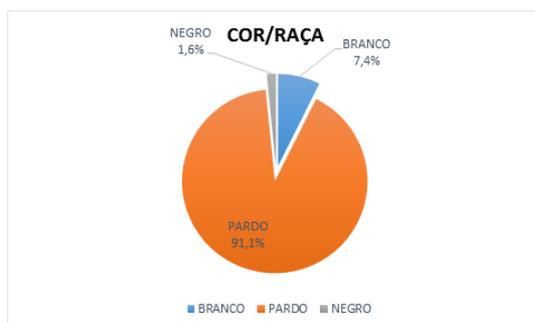


Gráfico 2- cor/raça (%)

Fonte: Elaboração da autora.

Em relação à situação civil, 68,4 % se declararam solteiros; 30,0 % vivem em união estável; e apenas 1,6% são casados. Esses dados apontam que a grande maioria dos jovens são solteiros ou vivem em união estável.



Gráfico 3- Estado civil (%)

Fonte: Elaboração da autora.

O Gráfico 4 representa a participação dos jovens no Programa por idade. Pode-se perceber que o público mais representativo está na faixa etária de 18, 19 22, 23 e 25 anos, que se somados abarcam mais de 50 % dos alunos. Tal situação indica acerto quando da ampliação, na reformulação do Projovem, da faixa etária dos alunos para além dos 24 anos.

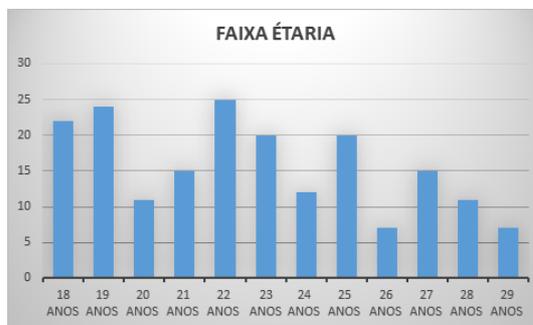


Gráfico 4 – Faixa etária (%)

Fonte: Elaboração da autora.

Quanto a possuírem filhos ou não, 56% possuem filhos, 44,2% não possuem. Observou-se que o percentual dos jovens que tem filhos é bem elevado. Creemos que essa incidência corresponda à faixa de idade desses jovens, pois cerca de 75% está acima dos 20 anos. Dos jovens que possuem filhos, 19,5% possuem apenas um filho; 2,1%, dois filhos; 11,6%, três filhos e 3,7% possuem quatro filhos ou mais. Sobre essa questão dos filhos dos estudantes, o Programa disponibiliza uma sala chamada de Sala de acolhimento para que as crianças fiquem durante as aulas de seus pais.

A sala de acolhimento para crianças de 0 a 8 anos, filhas de estudantes do Projovem Urbano, caracteriza-se como um serviço de apoio às famílias de jovens matriculados no Programa que necessitam deixar seus filhos em condições adequadas de proteção, bem-estar e desenvolvimento, no período em que estão frequentando as aulas (BRASIL,2012).

Para tanto, a Resolução nº 60/201, em seu Art. 7º, estabelece o financiamento para a contratação de até 2 (dois) educadores de acompanhamento do acolhimento de crianças, por núcleo, para atuarem nas referidas salas, bem como para a aquisição de material específico e de merenda escolar para essas crianças.



Gráfico 5 – número de filhos (%)

Fonte: Elaboração da autora.

No que tange a localização, percebeu-se que a grande maioria advém de bairros afastados da zona urbana, incluindo até jovens que residem na zona rural. No que concerne a localização da escola e a residência dos alunos, observa-se que há uma distância considerável a ser percorrida todos os dias pelos alunos para chegar até a mesma. Tal questão pode, inclusive, contribuir para o alto índice de evasão apontados pelas pesquisas sobre a EJA.

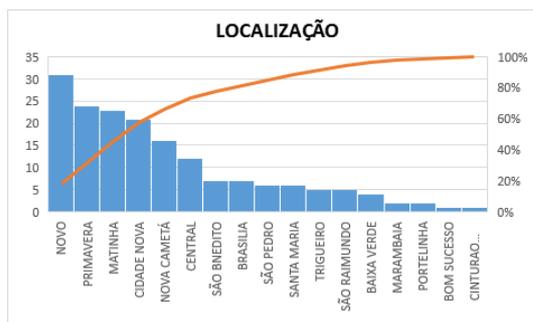


Gráfico 6 - localização

Fonte: Elaboração da autora.

Sobre a questão de benefícios, observou-se, conforme demonstra o gráfico 7, que há um número considerável de alunos que são beneficiários do programa bolsa família, ou seja, são jovens de baixa renda.

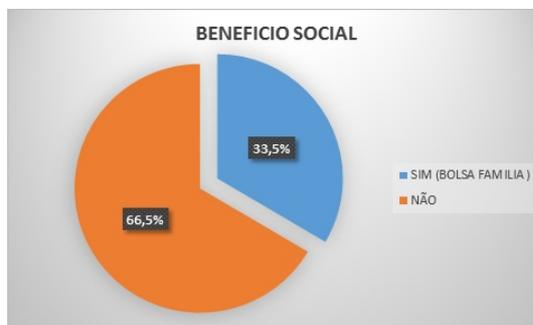


Gráfico 7 – Benefício Social (%)

Fonte: Elaboração da autora.

No que tange a ocupação dos jovens verificou-se que mais de 80% dos alunos compõem a classe dos desempregados, estão fora do mercado de trabalho formal. Nesse sentido o retorno a escola tem se caracterizado como um mecanismo de adentrar ao mundo do trabalho. De acordo com Lima Filho (2010), empurrados para fora da escola, esses jovens e adultos irão se defrontar com o mundo do trabalho em condições duríssimas, colocando-se em situação de desemprego, de subemprego, de informalidade. Isto é, quando conseguem inserir-se ao mundo do trabalho, são submetidos em postos de trabalho em que as condições são as mais precárias, degradantes, de menor remuneração, insegurança, entre outros fatores que contribuem para um trabalho alienante.

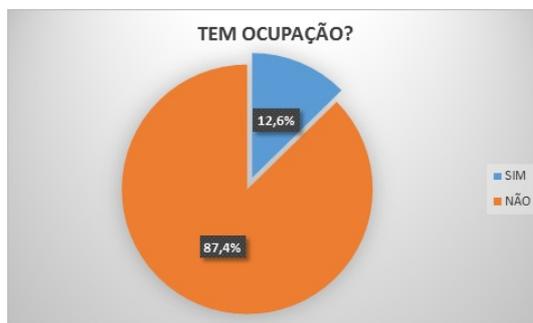


Gráfico 8 – Ocupação (%)

Fonte: Elaboração da autora.

Dos 12,5 % que tinham algum tipo de ocupação, observou-se que esses jovens se encontram no mercado informal, onde 62,5% não conseguiram classificar o tipo de ocupação, pois há uma migração contínua de postos de trabalho. De acordo com as respostas dos alunos nas fichas de matrícula, verifica-se que essa classificação "outra" que fora preenchida está estritamente relacionada ao que eles chamam de "bicos" [5].

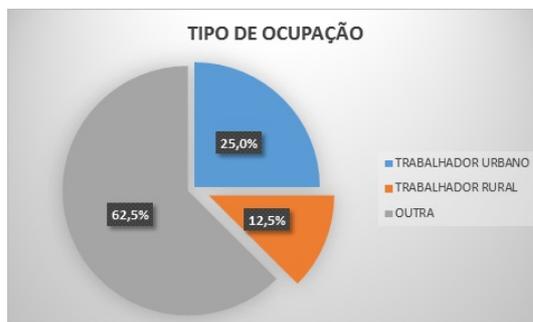


Gráfico 9 – Tipo de ocupação

Fonte: Elaboração da autora.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

Segundo Lima Filho (2010), historicamente tivemos (e ainda temos) uma dualidade no sistema educacional Brasileiro, de um lado se pensa uma educação básica puramente acadêmica, livresca, científica ou humanista, no sentido clássico (propedêutica para o prosseguimento dos estudos) e de outro uma educação específica para o trabalho, baseada na formação prática para o fazer, técnica ou tecnicista, sem aprofundamentos em conteúdos científicos, sociais e ético-políticos.

Frente a esse cenário, a Educação de Jovens e Adultos ganhou oficialmente, ao logo do pouco mais de meio século, novos sentidos e concepções, produzidas no interior dos países, nas tensões sociais, em tentativas de reafirmação de direitos de maiorias vistas, na sociedade desigual, como minorias (Paiva, 2006, p. 24,25). De acordo com essa autora a forma de pensar hegemônica, somada ao quadro de pobreza das maiorias e a perda de direitos historicamente conquistados (como é o caso do trabalho), compõem os marcos com quais se exige propor a Educação de Jovens e Adultos neste terceiro milênio.

Para Lima Filho (2010) as condições sócio históricas e estruturais, que vivemos na sociedade brasileira, apontam para um cenário social de desigualdade, impedindo que milhões de brasileiros, hoje trabalhadores adultos, frequentassem ou concluíssem sua escolarização básica na idade correspondente. Nesse sentido, milhões de jovens oriundos das camadas populares são empurrados para o mundo do trabalho antes mesmo de concluir a primeira etapa da educação básica.

No que tange ao direito a educação Paiva (2006, p. 30) salienta que:

Historicamente, nem sempre o direito à educação esteve resguardado, nem tem sido automática a assunção do direito à educação como dever do Estado, e em inúmeros momentos a sociedade civil assume um protagonismo essencial na conquista de direitos. Apesar da formulação, o texto constitucional em 1988 não se fez prática. A forma como as políticas públicas conceituam a EJA e como vêm desenvolvendo ações como oferta pública merece atenção, especialmente quando vinculam ações de educação ao utilitarismo do voto, ou defendem este último, sem precisar da primeira.

Nessa perspectiva, muitos adultos que integram a estatística daqueles que não concluíram o Ensino Fundamental, etapa garantida como direito constitucional, carregam o peso da impossibilidade da escola, do insucesso, da evasão e conseqüentemente são rotulados pelo "fracasso escolar". No dizer de Paiva (2006) para esses a questão do direito precisa se voltar com prioridade, porque eles expressam, em síntese, o fracasso do Estado no tocante a políticas sociais em geral, e não apenas educacionais, porque uma das causas mais acentuadas do afastamento da escola diz respeito à pobreza, que exige nas famílias, mais braços trabalhando para aumentar a renda da família.

Assim, essa autora aponta que a EJA, como modalidade do Ensino Fundamental e Médio, é sem dúvida, um instrumento potente, se devidamente apropriada, para desenhar respostas significativas às necessidades, experiências e perspectivas de futuro desses jovens.

Como política pública, pensar a educação nessa modalidade implica não apenas tomar o sistema educativo formal nas mãos, mas assumir o concurso da sociedade em todas as iniciativas que vem fazendo, para manter viva a chama do direito, que ainda não se constitui uma prática para todos. Implica também, assumir que a sociedade educa em todas as práticas que realiza, que projetos de nação e políticas de governo tem um vigoroso papel pedagógico, se intencionalmente dispostos a transformar a realidade (PAIVA, 2006, p. 34).

Nesse sentido a mesma salienta que os alunos devem ocupar o lugar de sujeito de direitos das políticas públicas, onde a organização curricular não se restrinja a tratar apenas de conteúdos intelectuais, mas que possa lidar com valores, formas de respeitar e reconhecer as diferenças e os iguais.

Sobre essa questão do currículo, Lima Filho (2010) aponta três ponderações sobre a necessidade de se pensar um currículo que tenha o trabalho como princípio educativo: A primeira ponderação refere-se ao fato de considerar o trabalho numa perspectiva criadora, ontológica; a segunda trata sobre considerar as dimensões concretas do trabalho, o que não significa reduzir os conteúdos ao imediato da tarefa, mas buscar localizar e entender a tarefa no contexto das relações sócio históricas em que se realiza e a última diz respeito à interpretação do currículo enquanto totalidade do trabalho, numa perspectiva efetivamente distinta da disciplinar idade.

Nesse sentido, defende-se que é preciso ousar e enfrentar o desafio de construir políticas públicas para a educação de jovens e adultos onde;

ousar é pensar e agir para construir a relação entre escolarização básica e mundo do trabalho. Nesse sentido é necessário conceber uma inserção no mundo do trabalho que não seja reduzida meramente ao mercado. Portanto, do ponto de vista da escolarização básica, a perspectiva do trabalho não se reduz ao emprego, ao assalariamento, à empregabilidade. O trabalho é, antes de tudo, atividade humana, a qual é definidora da espécie, do gênero humano; o trabalho revela a capacidade criativa do ser social que, por sua ação coletiva e socializadora, em (co)operação, em (co)laboração, imprime sua marca no mundo que encontra, constrói e transforma o mundo e a si mesmo (LIMA FILHO, 2010, p. 26).

Assim, de acordo com esse autor, torna-se imprescindível que as políticas públicas direcionadas para essa modalidade de ensino tenha por objetivo a garantia da oferta qualificada e das condições de permanência, a construção de currículos plenos de significados e a formação de educadores comprometidos com a qualidade social, a democracia e a formação humana integral, livre e criadora.

Outra questão importante sobre a EJA diz respeito sobre a necessidade de se repensar a formação inicial e continuada dos educadores, uma vez que essa modalidade de ensino tem como público alvo uma diversidade de sujeitos e que carecem de formação que atenda às suas necessidades e que possa relacionar com a sua realidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com os dados apresentados tornou-se possível identificar quem são os jovens inseridos no Programa Projovem Urbano, bem como algumas reflexões sobre a EJA no Brasil. Partindo desse pressuposto, a pesquisa terá longos caminhos a percorrer no sentido de analisar, a partir da conclusão do curso, onde se encontram esses jovens, será que eles conseguiram ingressar no Ensino Médio, ou até mesmo na faculdade? No que tange a qualificação profissional recebida, possibilitou que os mesmos entrem no mercado de trabalho? Em suma, a pesquisa caminhará na perspectiva de identificar quais os impactos dessa política educacional na vida desses sujeitos no que diz respeito a escolarização e a qualificação profissional ofertada pelo programa Projovem urbano no Município de Cameté.

REFERÊNCIAS:

ARANHA, Antônia Vitória Soares. **Andragogia**: avanço pedagógico ou "pedagogia de resultados" na educação profissional de alunos adultos/trabalhadores? IN: www.anped.org.br/reunioes/24/t1873927705492.doc. Acessado em 10/05/2018.

BLANCO, Diego Monte. **À luz do dia, nem todos os gatos parecem pardos**: percepções de jovens sobre os limites e possibilidades do Projovem Urbano. Porto Alegre, 2009. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/25483/>>. Acesso em: 24 abril. 2018.

_____. O projovem urbano na trajetória das políticas para juventude: desafios do programa e perspectivas de análise. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**: v. 2, n. 3, julho, 2010. Disponível em: <<http://www.sumarios.org/resumo>>. Acesso em 24 abril. 2018.

BRASIL. **Guia de políticas públicas de juventude**. Brasília: Secretaria-Geral da Presidência da República, 2006.

_____. **PEC nº138/2003, PL nº4.529/2004 e PL nº4.530/ 2004**. Disponível em: www.camara.gov.br Acesso em: 17 abr. 2018.

_____. **Lei nº11.129/2005**. Disponível em: <http://legislacao.planalto.gov.br/legisla/legislacao>. Acesso em: 17 abr. 2018.

_____. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME. **Programa Projovem adolescente e urbano**. Disponível em: www.mds.gov.br/suas/guia_protecao/Projovem e Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania – PRONASCI. Disponível em: <http://portal.mj.gov.br/pronasci/data>. Acesso em: 17 abr. 2014.

_____. Programa Nacional de Inclusão de Jovens - PROJOVEM. Subsistema de avaliação do programa. **Relatório parcial de avaliação do PROJOVEM 2007**. Brasília, 2008.

_____. Lei 11.692 de 10 de junho de 2008. Dispõe sobre o Programa Nacional de Inclusão de Jovens – Projovem. **Diário Oficial da União**, Brasília/DF, 11 jun. 2008. 2008a. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil03/Ato2007>> Acesso em: 10 abr. 2018.

_____. Manual do educador: orientações gerais. **Programa Nacional de Inclusão de Jovens: Projovem urbano**. Brasília: Secretaria Geral/Secretaria Nacional de Jovens. 2012.

_____. Ministério da Educação Conselho Nacional de Educação Secretaria-Geral da Presidência da República/Secretaria Nacional da Juventude/Coordenação Nacional do Projovem Urbano. **Parecer CNE/CB Nº 18/2008** 2008c. Disponível em: portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&task=.... Acesso em: 01 maio 2018.

LIMA FILHO, Domingos Leite. **Educação de Jovens e Adultos (EJA) e o mundo do trabalho** elementos para discussão da reconfiguração do currículo e formação de educadores. In: MACHADO, Maria Margarida (Org). Formação de educadores de jovens e adultos. Brasília: SECAD/MEC, 2010. p. 119-130.

PAIVA, Jane. **Histórico da EJA no Brasil**: discontinuidades e políticas públicas insuficientes. IN: PROEJA: formação técnica integrada ao ensino médio. Boletim 16. Setembro de 2006. Brasília: Ministério da educação. 2006.

PINTO, Álvaro Vieira. **Sete Lições sobre educação de adultos**. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 2003.

[1] Mestranda do Programa de Pós graduação em Educação e Cultura da Universidade Federal do Pará – Campus Universitário do Tocantins/Cametá.

[2] O recebimento do benefício vinculava-se à frequência mínima mensal em 75% das aulas presenciais e

Entrega de três, dos quatro trabalhos escolares previsto para o período.

[3] Os arcos ocupacionais eram oficinas de formação básica oferecidas pelo Programa. Essas oficinas poderiam acontecer no próprio núcleo ou em local específico. Ao todo foram disponibilizados 22 arcos pelo Programa, cada coordenação pode escolher até cinco, privilegiando as demandas locais.

[4] De acordo com os dados dos documentos elaborados pela equipe técnica do Programa apontam que 62% dos alunos são do sexo feminino e apenas 37,2 % são do masculino.

[5] Bicos referem-se a serviços a curto prazo no mercado informal.